

10º Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Povos Indígenas do Município de São Paulo 26.10.2022 (4º feira), 17h

No dia 26 de outubro, às 17 horas, reuniram-se virtualmente, em videoconferência por meio da plataforma Google Meet, para tratar e deliberar acerca dos assuntos aqui expostos, os integrantes do Conselho Municipal dos Povos Indígenas do município de São Paulo, conforme relação abaixo. Participantes:

Avani Florentino – Presidente do Conselho e representante da etnia Fulni-ô

Maria Ara Poty – Vice-Presidente do Conselho e representante do povo Guarani-Mbya (Jaraguá)

Akeyse Florentino – representante suplente da etnia Fulni-ô

Pedro Pankararé – conselheiro representante da etnia Pankararé

Iradzu – conselheiro representante da etnia Kariri-Xocó

Sandro – conselheiro representante do povo Guarani-Mbya (Parelheiros)

Clarice Pankararu – conselheira representante do povo Pankararu

Ivone Pankararu- conselheira suplente do povo Pankararu

Denise Aloia de Moraes - SMDHC/COPIND

Camilo Kayapó – SMDHC/ COPIND

Natan Macedo – SMDHC/COPIND - estagiário

Bárbara Mariano – SMDHC/DPS

Isabela Soares – SMDHC/DSP

Kauã Sabino – SMDHC/DPS

Milena Cristina – SMDHC/CPDDH

Eduardo Richard – SMDHC/Ouvidoria

Fernanda Mota – SP-Urbanismo

Marcia Leite – SP-Urbanismo

Marco – SP-Urbanismo

Alexandre – SMADS – CRAS- Parelheiros

Wilma - SMADS Michel – SMDDET

Na reunião, os representantes discutiram e deliberaram sobre os seguintes assuntos: Pautas:

✓ Plano Diretor: Os representantes do SP-Urbanismo (Patrícia, Saran e Smul) apresentam-se e iniciaram sua explanação para o Conselho; informaram que estiveram no dia 26 de agosto em Tenondé Porã e 06 de setembro em Yvy Porã; conversando apresentaram a revisão do plano diretor; informaram que já concluíram a primeira etapa e agora estão na segunda etapa. Informaram que foram à Kalipety e por fim demonstraram o interesse de ir território do Jaraguá. Apresentaram disponibilidade para receber propostas na reunião acerca de ocupações irregulares, fazer registro da portaria declaratória e concluíram na intenção de aguardar a visita ao Jaraguá com confirmação da representante Maria. Denise se responsabilizou de ligar para Patrícia e Maria e confirmara visita ao Jaraguá na segunda à tarde.

✓ Agosto Indígena: A Presidente do Conselho informou que se não houver o próximo entrará com uma representação no Ministério Público. Demonstrou sua indignação quanto a exclusão dos indígenas que vivem em contexto urbano. Barbara (DPS) informa que fez contato com a sub prefeitura do Ipiranga para ver o que acontecia com o repasse e o órgão informou não ter mais interesse no assunto. Desta forma, a integrante do DPS apresenta proposta de evento em caráter emergencial, juntamente elaborado com COPIND, para ser validado pelo Conselho. Compartilhou a todos o projeto da proposta que possui o tema: Olhares e saberes ancestrais, contendo cronograma programado e previsto para o dia 29 e 30/11. O evento aconteceria no complexo Vila Maria e em parceria com CCA, CCJ e CEDESP. A proposta também incluía transporte e alimentação. Logo em seguida a Presidente do Conselho questiona se as oficinas seriam pagas. A assessora de DPS informou que poderiam ser pagas via Secretaria Municipal de Cultura. A assessora Bárbara solicita o nome de todos os envolvidos para enviar para enviar ao gabinete. A Presidente do Conselho diz que não foram consultados e pede para que seja alterado a palavra “grafismo” por “pintura”. Após disso, Akeyse pergunta se o evento não poderia acontecer em dezembro e é informada que não haveria possibilidade. A Presidente do Conselho ressalta o descaso com o compromisso anteriormente falado e diz que quando se trata de indígenas o poder público perde o interesse. Iradzu se posiciona acerca do porque a sub prefeitura não especificou a sua recusa de receber o evento indígena, pois já havia expectativa, de longa data, do encontro acontecer lá. A representante de DPS não soube dizer o porquê. A assessora Denise endossou informando que a sub prefeitura solicitou o evento e de fato não justificou. A Presidente Avani informou que há valor acertado acerca da dança, girando

em torno do valor de R\$1.500 para cada etnia e as oficinas eram R\$800,00 e depois questionou se será feito conforme o combinado. A assessora Bárbara assegurou que falaria com o gabinete, mas não garantia a devolutiva da Secretaria de Cultura. O conselheiro Pedro aponta preocupação se os indígenas fizessem o evento e depois não houvesse devida remuneração. Assim, propõe a realização de uma reunião com a sub prefeitura do Ipiranga para que justifiquem o porquê estão negando a cultura indígena, sendo que por lei deve ser difundida em todos os lugares. A assessora de DPS Bárbara ressalta que a Secretária de Direitos Humanos e Cidadania não faz repasse para eventos culturais e aguardará a resposta da Secretária de Cultura. O Conselho apresentou consenso dizendo que se não houvesse pagamento não haveria evento. Foi feita a proposta de oficiar a sub prefeitura questionando o motivo da rejeição do evento. Também fora informado que poderia ser oficiado a sub prefeitura questionando o motivo do não aceite, mas ciente de que poderia demorar. O conselheiro Pedro informou que o Conselho Indígena Municipal se sentiam lesados. O conselheiro Iradzu endossa a posição do companheiro Pedro e questiona se a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania iria comprar os materiais da oficina. A assessora Barbara informa o limite de verba aderido pela Secretaria mas que há sim a possibilidade de solicitar os materiais. O conselheiro Pedro demonstrou sua preocupação sobre a não efetivação de eventos futuros. A conselheira Bárbara informa que terá comunicação entre os gabinetes. A vice-presidente Maria se posiciona dizendo que a secretaria deve aceitar o pedido pois os povos indígenas sabem que há verba, diz que é direito dos povos indígenas e os povos indígenas devem decidir. A assessora de DPS Bárbara informa o funcionamento do processo licitatório e o porquê da necessidade de retorno da secretaria de cultura. O conselheiro Pedro informa que se não houver recursos não haverá participação. Bárbara diz que a Secretaria de Cultura irá informar se é possível ou não fazer esse repasse, que haverá contato e retorno. O conselheiro Iradzu pergunta o prazo para essa resposta e assessora Bárbara informa que precisa dos documentos de todos que irão participar da atividade cultural de dança tradicional até o dia seguinte (27/10) e já enviaria para o gabinete negociar com a Secretaria da Cultura. O conselheiro Pedro pergunta qual seria o prazo para a resposta da Secretaria da Cultura e é informado a incerteza quanto a esta informação. Há discussão acerca da venda de artesanato pois fora informado que em equipamento público não pode haver venda de produtos. A conselheira Akeyse questiona o porquê pode haver venda de produtos não-indígenas mas de indígenas não poderia. Logo após, o conselheiro Iradzu diz ser uma falta de respeito aos povos indígenas e demonstra o interesse de ir às secretarias e sub prefeituras para que não se repita este desrespeito. A assessora de DPS Bárbara diz que a

Secretária de Cultura pede 40 dias de antecedência, e que o prazo poderia ser escolhido até o dia 31/10, que entende a indignação do conselheiro e que a situação poderia ser oficiada via SEI, exigindo uma posição. Pedro pede para que o documento constituído na última reunião deveria ser enviado para todas as secretarias, endossa o dever de se posicionar perante todas elas e cobra a presença do representante da Secretaria da Cultura no Conselho. O conselheiro Iradzu informa que seu povo não participará se não houver remuneração. Diz que SMDHC está se esforçando, mas não vê a presença das demais secretarias, e que é direito do Conselho ser atendido por todas as secretarias. A assessora Bárbara transmite as informações com transparência e informa que a secretaria de fato se preocupa com a importância do evento e que está sendo promovido não só para cumprimento de protocolo. A presidente do conselho recomenda que os indígenas conversem entre si para conversar acerca do assunto. Também questiona se o material será comprado ou haverá prejuízo para os próprios artesãos, diz que foi conversado com a Coordenadora de COPIND sobre compra de material e nos foi informado que não era necessário a compra. A Assessora Bárbara informou que não consegue responder acerca desse material acertado com a coordenação, no entanto informa que não seria necessário a compra de material. Mas o único repasse acertado para discussão é o da dança, com devolutiva prevista para segunda-feira. A Presidente do Conselho informou que até no dia seguinte o Conselho se posicionaria. Após, a assessora Milena se despede e informa que tem que sair. O conselheiro Pedro pede a informação que o estatuto do índio assegura que a federação, estado e município devem se adaptar às práticas indígenas em defesa do direito de realizar a venda de artesanatos em equipamento público.

✓ Encontro Municipal dos Povos Indígenas: O Conselheiro Pedro também propõe o Encontro Municipal dos povos indígenas e propõe a conversa com os territórios, sendo um possível espaço para realização o Parque da Água Branca, área verde e de boa energia espiritual. A assessora Denise sugeriu data, horário e local. Propõe a marca para efetivar esse encontro, sendo na Terça-Feira dia 01/11 às 14hs online. Logo em seguida Wilma informa que pode levar Maria e quem quiser acompanhar. A Presidente do Conselho aponta que o contexto urbano está sendo desprezado e quer uma reunião só com o contexto urbano. Alexandre se posiciona após dizendo que se sente solidário pois sempre está brigando por esse reconhecimento.

✓ Atualização do Regime Interno: A presidente do conselho Avani aponta que tem interesse em retirar um parágrafo. Denise diz que

todos devem ler a fim de começar a transição para o novo regimento. Após, a assessora Bárbara diz que o decreto e a lei permitem a construção.